



Às nove horas do dia vinte e oito de outubro de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presentes os Conselheiros **DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA, ANTONIO JOSÉ, CEZAR COLARES e SÉRGIO LEÃO**; ausência justificada do Conselheiro **ALOÍSIO CHAVES**; presença da Procuradora Geral do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **ELISABETH SALAME DA SILVA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Convocada a Auditora Márcia Costa e o Auditor Alexandre Cunha para apresentarem proposta de Decisão, nos termos do inciso II do Artigo 72 do RI/TCM. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. **Processo nº 940012006-00; Prefeitura Municipal de Mãe do Rio; Prestação de Contas – Exercício 2006; Responsável: Antônio Saraiva Rabelo; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio favorável a aprovação, com ressalvas, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Mãe do Rio a aprovação, com ressalvas, da prestação de contas da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade do Sr. Antônio Saraiva Rabelo (já falecido), ex Prefeito. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 940012007-00; Prefeitura Municipal de Mãe do Rio; Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: Antônio Saraiva Rabelo; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Sérgio Leão.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio favorável a aprovação das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Mãe do Rio a aprovação, com ressalvas, da prestação de contas da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade do Sr. Antônio Saraiva Rabelo (já falecido), ex Prefeito. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 940012008-00; Prefeitura Municipal de Mãe do Rio; Prestação de Contas de Gestão; Exercício de 2007; Responsável: Antônio Saraiva Rabelo; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalvas, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas de Gestão da Prefeitura Municipal de



Mãe do Rio, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade do Sr. Antônio Saraiva Rabelo (já falecido), ex Prefeito, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-25.531.553,01, pelas despesas ordenadas. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 940012008-00; Prefeitura Municipal de Mãe do Rio; Prestação de Contas de Governo; Exercício de 2007; Responsável: Antônio Saraiva Rabelo; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela aprovação das contas de Governo, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando a Câmara Municipal de Mãe do Rio a aprovação das contas de Governo da Prefeitura Municipal, com ressalva, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade do Sr. Antônio Saraiva Rabelo (já falecido), ex Prefeito. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 730012000-00; Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Tauá; Prestação de Contas – Exercício 2000; Responsável: Raimundo Celso Rodrigues da Cruz; Instrução: Auditor Sérgio Dantas e 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relatora: Auditora convocada para apresentar proposta de Decisão: Márcia Costa (Conselheiro Sérgio Leão).** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Auditora apresentou sua proposta de **Decisão:** pela emissão de parecer prévio favorável a aprovação das contas, com ressalva, com aplicação de multas. **Em votação:** o Conselheiro Sérgio Leão ratificou os termos da proposta de Decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Daniel Lavareda, pelo Conselheiro Cezar Colares e pelo Conselheiro Antonio José. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio favorável a aprovação das contas, com ressalva, **por maioria**, com aplicação de multas ao FUMREAP, nos termos do voto do Relator. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas ao FUMREAP. **Processo nº 80022013-00; Câmara Municipal de Ananindeua; Prestação de Contas – Exercício 2013; Responsável: Francilda Pereira da Silva; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de Ananindeua, exercício de 2013, de responsabilidade de Francilda Pereira da Silva, com os seguintes recolhimentos: aos Cofres Municipais: R\$-13.200,00, pelo encaminhamento em atraso do RGF do 1º quadrimestre, bem como pelo descumprimento do Art. 55, § 2º da LRF, nos termos do Art. 5º, §1º da Lei nº 10.028/2000; ao FUMREAP: R\$-3.000,00, pela não apropriação da totalidade dos encargos patronais, com base no Art. 282, I, “b”, do RI/TCM/PA; R\$-3.000,00, pelo não atendimento da determinação do Tribunal no envio da mídia retificadora do e-



81 contas – folha de pagamento, impedindo a fiscalização por parte do Tribunal da legalidade das
82 nomeações e/ou contratações dos servidores, bem como da situação previdenciária dos mesmos,
83 conforme Art. 284, §1º do RI/TCM/PA; R\$-3.000,00, pelo descumprimento do disposto no Art. 29-A,
84 da CF/88 (limite de gastos do Legislativo) e pelas irregularidades na execução de contratos, nos
85 termos do Art. 282, I, “b”, do RI/TCM/PA; com a recomendação ao Poder Legislativo que publique
86 seus atos no diário oficial do município; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual.
87 Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. Às dez horas e quarenta minutos, a
88 Conselheira Mara Lúcia assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 1070022013-00; Câmara**
89 **Municipal de Abel Figueiredo; Prestação de Contas – Exercício 2013; Responsável: Fabrício da**
90 **Rocha Lacerda; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros;**
91 **Relator: Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
92 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva. A
93 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
94 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das
95 contas da Câmara Municipal de Abel Figueiredo, exercício financeiro de 2013, de responsabilidade de
96 Fabrício da Rocha Lacerda, com o recolhimento da multa de R\$-3.000,00 ao FUMREAP por não
97 enviar no prazo legal os processos licitatórios. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José
98 Carlos Araújo. **Processo nº 50022004-00; Câmara Municipal de Almeirim; Prestação de**
99 **Contas – Exercício 2004; Responsável: Francisco Vilela Moraes (Período de 01/01 a 16/12), Orivaldo**
100 **de Oliveira Carvalho (Período de 17/12 a 19/12), Jadir Nascimento Souza (Período de 20/12 a 21/12)**
101 **e Orivaldo de Oliveira Carvalho (Período de 22/12 a 31/12); Instrução: 2ª Controladoria; Ministério**
102 **Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo
103 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não
104 aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
105 **VOTO**, pela não aprovação das contas, com recolhimentos, multas e encaminhamento de cópia dos
106 autos ao Ministério Público Estadual. **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro
107 Sérgio Leão e o Conselheiro Antonio José acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara
108 Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a
109 **Decisão:** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não
110 aprovação das contas, com recolhimentos e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério
111 Público Estadual, **por maioria**, com aplicação de multas ao FUMREAP, nos termos discriminados no
112 voto do Relator. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas ao FUMREAP.
113 Ausência, por ocasião da votação da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**
114 **490022012-00; Câmara Municipal de Muaná; Prestação de Contas do Convênio – Exercício**
115 **2012; Responsável: Jorge da Costa Valente; Instrução: 2º Controladoria; Ministério Público:**
116 **Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo
117 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
118 pela regularidade, com ressalvas, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
119 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,
120 decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas da Câmara Municipal de Muaná, exercício



financeiro de 2012, de responsabilidade de Jorge da Costa Valente, com o recolhimento aos Cofres Municipais da multa de R\$-2.000,00, pela infringência ao Artigo 5º, Inciso I, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva do RGF do 1º quadrimestre. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 72022011-00; Fundo Municipal de Saúde de Anajás;** Prestação de Contas - Exercício 2011; Responsável: Dilma da Silva Soares; Instrução 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalvas, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas do Fundo Municipal de Saúde de Anajás, exercício financeiro de 2011, de responsabilidade de Dilma da Silva Soares, com aplicação de multa ao FUMREAP nos seguintes valores: R\$-8.000,00 (oito mil reais) pelo atraso significativo na remessa das prestações de contas quadrimestrais, a teor do que prescreve o Art. 284, IV do RI/TCM/Pa; R\$-3.001,00 (três mil e um reais) face o descontrole financeiro, a teor do que prescreve o Art. 282, I, “b” do RI/TCM/Pa. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1380042007-00; Fundo Municipal de Saúde de Nova Ipixuna;** Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: José Pereira de Almeida (período de 01/01 a 10/04), Raimundo Lisboa da Silva (período de 11/04 a 02/05) e Gertrudes Azevedo Alves (período de 03/05 a 31/12); Instrução 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares. Retirado de Pauta **Processo nº 1062542008-00; Fundo Municipal de Saúde de Uruará;** Prestação de Contas – Exercício 2008; Responsável: Suraia Patricia Odonis; Instrução 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relatora: Auditora convocado para apresentar proposta de **Decisão**: Márcia Costa (Conselheiro Cezar Colares). Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. A Auditora apresentou sua proposta de **Decisão**: “irregulares, com aplicação de multas ao FUMREAP, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual”. **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, com a devolução do valor pago a Empresa contratada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Daniel Lavareda, pelo Conselheiro Antonio José e pelo Conselheiro Sérgio Leão. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão das multas ao FUMREAP, bem como da devolução do valor pago a Empresa contratada. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: com recolhimento de multas ao FUMREAP e devolução do valor pago a Empresa contratada, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas ao FUMREAP, bem como da devolução do valor pago a Empresa contratada. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 843112003-00; FUNPREV de Tucuruí;** Prestação de Contas – Exercício 2003; Responsável: Robson Tavares Gonçalves; Instrução Aristides Pinheiro Neto e Leonardo Macieira; Ministério Público: Procuradora – Maria Regina da Cunha; Relator:



161 Conselheiro José Carlos Araújo. Retirado de pauta. **Processo nº 201008758-00 (201100287-**
162 **00); Fundação de Assistência à Criança e Adolescente - FUNCAD;** Prestação de Contas de
163 Convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Marabá – Exercício 2010; Responsável: Márcia Paz
164 Costa; Instrução 5º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:
165 Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
166 posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação da prestação de contas do Convênio.
167 A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
168 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do
169 Convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal de Marabá e a Fundação de Assistência à Criança e
170 ao Adolescente – FUNCAD, exercício 2010, com recolhimentos, multas ao FUMREAP, bem como o
171 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, nos termos do voto do
172 Conselheiro Relator. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo**
173 **nº 201020164-00; Instituto Sorriso Alegre;** Prestação de contas de convênio, firmado com a
174 Prefeitura Municipal – Exercício 2010; Responsável: Maria José Cabral; Instrução 5º Controladoria;
175 Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel
176 Lavareda. Retirado de pauta. **Processo nº 201102789-00; Associação dos Moradores de**
177 **Brejo do Meio;** prestação de contas de Convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Marabá –
178 Exercício 2010; Responsável: Euzimar Pereira da Silva; Instrução 5º Controladoria; Ministério
179 Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo
180 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
181 pela não aprovação das contas, com recolhimentos. A matéria foi colocada **em discussão**. O
182 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
183 **unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Convênio celebrado ente a Prefeitura
184 Municipal de Marabá e a Associação dos Moradores Rurais de Brejo do Meio, exercício 2010, com
185 recolhimentos, recomendações e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público
186 Estadual, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Ausência, por ocasião da votação, do
187 Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201109093-00; Escolinha de Futebol Sociedade**
188 **Esportiva Studantil;** Prestação de Contas de Convênio, firmado com a Prefeitura Municipal de
189 Marabá – Exercício 2011; Responsável: João Alves Campelo; Instrução 5º Controladoria; Ministério
190 Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda.
191 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
192 manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira
193 Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, com
194 recolhimentos, recomendações e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público
195 Estadual, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Ausência, por ocasião da votação, do
196 Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201314295-00; Projeto Idealizado, Desenvolvendo ,**
197 **Educando, Instituído e Amando - IDEIA;** Prestação de contas de convênio, firmado com a
198 Prefeitura Municipal de Marabá – Exercício 2012; Responsável: Elisangela da Silva Lima; Instrução 5º
199 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel
200 Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos



201 autos e manifestou-se pela juntada dos autos a prestação de contas respectivas. A matéria foi
202 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu o seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
203 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela juntada dos autos à prestação de contas do
204 exercício, da Prefeitura Municipal de Marabá, para análise conjunta. Ausência, por ocasião da
205 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta com o
206 julgamento dos processos de nº's 21, 22, 23 e 24: **Processo nº 201303223-00; Instituto de**
207 **Previdência e Assistência do Município de Belém - IPAMB**; Aposentadoria; Portaria nº
208 085/2013, de 21.01.13 - 2013; Interessada: Hilma Ribeiro Duarte; Ministério Público: Procuradora
209 Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo
210 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro
211 do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
212 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato.
213 Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 20130774-00;**
214 **Instituto de Previdência do Município de Castanhal - IPMC**; Aposentadoria Portaria nº
215 037/2013, de 10.05.2013; Interessada: Maria Hilda Duarte de Sousa; Ministério Público: Procuradora
216 Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo
217 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro
218 do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
219 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato.
220 Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201207886-**
221 **00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá - IPASEMAR;**
222 Aposentadoria Portaria nº 027/2012, de 13.09.2012; Interessada: Maria dos Anjos Barrada Lobato;
223 Ministério Público: Procuradora: Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda.
224 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
225 manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
226 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo
227 registro do Ato. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**
228 **201215676-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá -**
229 **IPASEMAR**; Aposentadoria; Portaria nº 071/2012, de 13.09.2012; Interessada: Neuza de Oliveira
230 Neves; Ministério Público: Procuradora: Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda.
231 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
232 manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
233 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo
234 registro do Ato. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida,
235 houve a inversão da pauta com o julgamento dos processos de nº's 28, 29, 30 e 31: **Processo nº**
236 **201109647-00; Prefeitura Municipal de Cametá**; Outros – 2011 – Lei nº 171/2011,
237 atualização anual da remuneração dos servidores da Câmara; Responsável: Maria Wanderléia
238 Assunção Camarinha; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cesar
239 Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos
240 autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O



241 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pelo cadastramento da Lei nº 171/2011, que concede a*
242 *atualização anual da remuneração dos servidores da Câmara Municipal de Cametá, devendo ainda ser*
243 *observado na prestação de contas os limites constitucionais, bem como os limites tratados na Lei de*
244 *Responsabilidade Fiscal*". **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José e o
245 Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou
246 o Relator, porém acrescentou multa pela remessa intempestiva do Ato. A Presidência proclamou a
247 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Lei nº 171/2011, que
248 concede a atualização anual da remuneração dos servidores da Câmara Municipal de Cametá, com a
249 observação na prestação de contas dos limites constitucionais, bem como os limites tratados na Lei
250 de Responsabilidade Fiscal. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a aplicação da multa pela
251 remessa intempestiva do Ato. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo.
252 **Processo nº 201206259-00; Câmara Municipal de Cametá; Outros – 2012 – Lei nº 204/2012**
253 **– atualização anual da remuneração dos servidores da câmara; Responsável: Raimundo Cândido dos**
254 **Santos; Ministério Público Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cesar**
255 **Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos
256 autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O
257 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pelo cadastramento da Lei nº 204/2012, que concede a*
258 *atualização anual da remuneração dos servidores da Câmara Municipal de Cametá, devendo ainda ser*
259 *observado na prestação de contas os limites constitucionais, bem como os limites tratados na Lei de*
260 *Responsabilidade Fiscal*". **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José e o
261 Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou
262 o Relator, porém acrescentou multa pela remessa intempestiva do Ato. A Presidência proclamou a
263 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Lei nº 204/2012, que
264 concede a atualização anual da remuneração dos servidores da Câmara Municipal de Cametá, com a
265 observação na prestação de contas dos limites constitucionais, bem como os limites tratados na Lei
266 de Responsabilidade Fiscal. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a aplicação da multa pela
267 remessa intempestiva do Ato. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo.
268 **Processo nº 201413571-00; Câmara Municipal de Novo Repartimento; Outros – 2014 –**
269 **Resolução nº 002/2014, revisão geral anual de remuneração dos servidores da Câmara Municipal;**
270 **Interessado: Maria Rita Belarmino da Silva; Ministério Público: Procuradora – Maria Regina da**
271 **Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
272 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi
273 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*cadastramento da Resolução nº*
274 *002/2014, que concede a revisão geral anual da remuneração dos servidores da Câmara Municipal de Novo*
275 *Repartimento, devendo ainda ser observado o referido acréscimo de 3,68% na prestação de contas*
276 *correspondente*". **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José e o
277 Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou
278 o Relator, porém acrescentou multa pela remessa intempestiva do Ato. A Presidência proclamou a
279 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Resolução nº 002/2014, que
280 concede a revisão geral anual da remuneração dos servidores da Câmara Municipal de Novo



Repartimento, devendo ainda ser observado o referido acréscimo de 3,68% na prestação de contas correspondente. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a aplicação da multa pela remessa intempestiva do Ato. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo.

Processo nº 201306993-00; Câmara Municipal de São João da Ponta; Outros – 2013 – Resolução nº 001/2013, que estabelece Diária aos Vereadores e Servidores da Câmara; Interessado: Elivaldo Carneiro Figueiredo; Ministério Público: Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: *"pelo cadastramento da Resolução nº 001/2013, de São João da Ponta, que fixa diárias para os Vereadores e Servidores da Câmara Municipal"*. **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, porém acrescentou multa pela remessa intempestiva do Ato. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Resolução nº 001/2013, de São João da Ponta, que fixa diárias para os Vereadores e Servidores da Câmara Municipal. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a aplicação da multa pela remessa intempestiva do Ato. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 27: **Processo nº 201320702-00; Prefeitura Municipal de Bannach; Contrato – Mem. nº 94/2013 – Contrato Administrativo de Servidores Temporários - 2013; Interessado: Paulo Sérgio Nascimento Gomes e outros; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: José Alexandre Cunha Pessoa (Conselheiro José Carlos Araújo).** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão**: *"pela negativa de registro do Ato"*. **Em votação**: o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Daniel Lavareda, Conselheiro Cezar Colares, Conselheiro Antonio José, Conselheiro Sérgio Leão e Conselheira Mara Lúcia. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa de registro do Ato. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 32 e 33: **Processo nº 201312501-00; Câmara Municipal de Cumaru do Norte; Subsídio – 2013 – Resolução nº 003/2013, que dispõe sobre os subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal; Interessado: Muthiana Sobreira Alves; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: José Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo).** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento, com ressalva, do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão**: *"pelo cadastramento do Ato"*. **Em votação**: o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Daniel Lavareda, pelo Conselheiro Antonio José, pelo Conselheiro Sérgio Leão e pela Conselheira Mara Lúcia. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento, com ressalva, do Ato. Ausência,



por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201320909-00; Câmara Municipal de Pau D'arco;** Diária – 2013 – Resolução nº 007/2013, que dispõe sobre diária dos vereadores do município; Interessado: Charles Wagner Alves; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: José Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo). Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se contra o cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão:** “*pelo cadastramento, com ressalva, do Ato*”. **Em votação:** o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Daniel Lavareda, pelo Conselheiro Antonio José, pelo Conselheiro Sérgio Leão e pela Conselheira Mara Lúcia. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento, com ressalva, do Ato. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. Em seguida, o Conselheiro José Carlos Araújo retornou a Presidência da Sessão. Houve a inversão da pauta com o julgamento dos processos de nºs 18, 19 e 20: **Processo nº 200718268-00; Associação Cultural Recreativa Carnavalesca Império do Samba Quem São Eles;** Prestação de contas de convênio nºs 88/2006 e 11/2007, celebrado com a FUMBEL/PMB – Exercício 2007; Responsável: André Augusto Modesto de Vilhena; Instrução 3º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201119310-00; Associação dos Moradores Ribeirinhos do Bairro da Pratinha e das Ilhas;** Prestação de contas de convênio nº 29/2010, celebrado com o gabinete do Prefeito do Município de Belém – Exercício 2011; Responsável: Gildo Souza da Silva; Instrução 3º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201009951-00; Serviço de Atendimento em Reabilitação Saber;** Prestação de contas de Convênio nº 009/2010, celebrado com a FUNPAPA/PMB – Exercício 2010; Responsável: Bernardo Nunes de Moraes Júnior; Instrução 3º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Com abstenção de voto do Conselheiro



José Carlos Araújo. Houve a inversão da pauta com o julgamento dos processos de nº's 25 e 26: **Processo nº 201401848-00; SEMEC;** Contrato de Servidor Temporário; Interessado: Rosinéli Guerreiro Salame; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato, com a juntada a prestação de contas, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201312010-00; Câmara Municipal de Anapu;** Contratos Temporários nº's 001/2013 e 002/2013, firmados com Antônio dos Santos de Lima Neto e Valquiria Batista da Silva; Interessado: Romero Batista de Medeiros; Ministério Público: Procuradora - Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato, com as recomendações constantes no voto da Conselheira Relatora. Com abstenção de voto do Conselheiro José Carlos Araújo. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** A Conselheira Mara Lúcia pediu a palavra para saudar todos os servidores públicos, pela data que se comemora, em especial os do TCM e do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, rogando à Deus que continue iluminando a todos, no que foi acompanhada pelos Conselheiros e pela Procuradora Elisabeth Salame da Silva. O Conselheiro Sérgio Leão informou que entrará em vigor no próximo dia 30 de outubro a Lei Federal que alterará o relacionamento das Instituições Públicas com as chamadas ONG's, e que o TCM deverá ficar atento as profundas alterações que vão ocorrer. O Conselheiro Cezar Colares sugeriu que o DAM elaborasse uma Nota Técnica, aprovada pelos Conselheiros, com as orientações aos Municípios das mudanças que vão ocorrer. A Procuradora Geral do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará pediu a palavra para parabenizar o Excelentíssimo Senador Jader Barbalho pelo transcurso natalício ocorrido ontem, dia 27 de outubro, solicitando que seja oficiado ao nobre Parlamentar os votos aqui desejados, no que foi acompanhada pelos Conselheiros presentes. **ENCERRADA** a presente Sessão, às doze horas e quinze minutos da qual foi lavrada a presente Ata.

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e oito de outubro de dois mil e quatorze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão

Conselheira Vice - Presidente **Mara Lúcia**
Presidente da Sessão